

Museu de Arte de
São Paulo Assis
Chateaubriand -
MASP

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração 2017

No ano em que comemorou seus 70 anos, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) realizou importantes avanços no processo de profissionalização da sua gestão, criando controles, processos e políticas com o objetivo de consolidar os procedimentos administrativos, repensando uma nova missão que norteará seu programa curatorial, e desenvolvendo instrumentos para assegurar a sustentabilidade financeira de longo prazo do museu.

Dando continuidade a ciclos temáticos que a cada ano orientam as escolhas das exposições, todas as mostras monográficas de 2017 corresponderam ao eixo central: Histórias da sexualidade, que deu nome à exposição coletiva inaugurada em outubro, reunindo obras do acervo do MASP e empréstimos tanto institucionais quanto de coleções particulares nacionais e internacionais. Merece especial menção a exposição *Toulouse-Lautrec em vermelho*, que bateu recorde diário de público, com mais de 6 mil visitas. A exposição, que obteve ampla cobertura de mídia, marcou a reabertura do MASP para colaborações internacionais com empréstimos de Musée d'Orsay, Tate e Victoria & Albert Museum, The Art Institute of Chicago; National Gallery of Art, e Museo Thyssen-Bornemisza.

Além das exposições, o núcleo de Mediação e Programas Públicos aumentou a oferta de programas gratuitos oferecidos, como oficinas, projeções de filmes, palestras, pesquisas, seminários internacionais, conversas e atividades desenvolvidas especialmente para os públicos e professores que acompanharam a programação de 2017. Nesse contexto, além da maior visitação diária, o MASP obteve em 2017 a segunda maior contagem de público da história da instituição, com 454.031 visitantes, dos quais 43% foram de acesso gratuito. Com isso, a receita de bilheteria obteve um crescimento expressivo de 33% em relação a 2016, representando 20% do total da receita do museu.

Ainda nas receitas operacionais, foi aberta uma nova MASP Loja no 1º andar do museu, ampliando o acesso aos produtos e incorporando novas linhas institucionais, o que resultou em um expressivo crescimento de 30% no valor do ticket médio de vendas, que passou de R\$ 3,26 para R\$ 4,25 por visitante. O aumento do ticket médio, combinado ao crescimento da visitação, contribuiu significativamente para o incremento das receitas operacionais do museu.

No âmbito das parcerias, apesar do cenário econômico adverso, o MASP conseguiu elevar substancialmente o volume de patrocínios, captando 15% a mais do que o ano anterior, além de aumentar o volume de recursos não incentivados em 220%. Essa linha constituiu a maior contribuição para o orçamento do museu, representando 50% da receita total relativa ao ano. Além dos patrocínios, foi realizada uma grande itinerância de obras da coleção do MASP, em parceria com o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Além de fazer circular parte do acervo nas cidades de Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, viabilizando o acesso de novos públicos à coleção do MASP, essa parceria contribuiu com um relevante aporte de patrocinadores ao museu.

O ano de 2017 foi um ano de transformação para o núcleo de Recursos Humanos. Partindo da convicção de que não há sucesso sem o envolvimento de toda a equipe, criou-se o Comitê Executivo de Pessoas, que elevou a gestão dos colaboradores como um dos pilares para desenvolvimento do MASP. Nesse contexto, foram realizadas diversas ações para aprimorar a comunicação, a integração e o desenvolvimento dos colaboradores, incluindo grupos focais de escuta, novos instrumentos de comunicação, criação e acompanhamento de indicadores como *turnover* e absenteísmo, eventos para integração, programa de *coaching* para gestores, entre outros. Em 2017 também foi iniciado o processo para construção do plano de cargos e salários do MASP, ferramenta importante para organização do núcleo de Recursos Humanos e para o futuro desenvolvimento de um plano de carreira para os colaboradores.

Nesse contexto foi desenvolvida ainda a pesquisa de diversidade, voltada ao levantamento de dados e à discussão entre os colaboradores a respeito de aspectos constitutivos da heterogeneidade da estrutura organizacional do Museu. Para tanto, foram elaborados questionários visando a responder a questões de gênero, orientação sexual, geracional, religiosa, racial e de etnia. Ao levantar tais pesquisas, temas e discussões referentes a assuntos que respeitam a diferença social em termo amplo, o MASP defende a abertura democrática de comportamentos e posicionamentos entre seus colaboradores.

Sob o ponto vista organizacional, o Museu consolidou a Diretoria Administrativa e Financeira com a Diretoria de Operações, adensando o organograma sobre uma única Diretoria Financeira e de Operações. A partir dessa mudança foi criada uma nova gerência financeira que assumiu, além do financeiro, todas as subfunções da área (compras e contabilidade). O tamanho da equipe, então, foi readequado, tanto na contabilidade quanto na área de contas a pagar e receber.

Houve o redesenho dos procedimentos de compras e de contas a pagar, incluindo reorganização interna de toda a área financeira e o fechamento de contratos anuais com fornecedores, capturando importantes economias de escala em despesas recorrentes. Para 2018, planeja-se a digitalização de todos os processos financeiros, eliminando a necessidade de papel. Além disso, já estão sendo analisadas a unificação da carteira digital e a criação de políticas (como, por exemplo, viagens e compras).

No último trimestre de 2017 foi lançado, pelo núcleo de Comunicação, o novo site do MASP, com novo layout, design e tecnologia responsiva para celulares e *tablets*, bem como integração completa com o acervo e sistema de catalogação. Após sua instalação, o site registrou um aumento de 37% em sua visitação diária, ultrapassando mais de 3.500 usuários por dia.

Com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira a médio e a longo prazo, e também perpetuar e proteger seu patrimônio, o MASP constituiu em 2017 o primeiro *endowment* (fundo patrimonial) entre museus do Brasil. Constituído essencialmente por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especificamente para este fim, os recursos investidos ou seus rendimentos não poderão ser resgatados até que o fundo contenha em sua carteira um montante de R\$ 40.000.000. Atingida esta quantia, os rendimentos auferidos acima da inflação poderão

ser destinados ao custeio das atividades do Museu, possibilitando a expansão de suas fontes orçamentárias e ampliando a visibilidade de suas receitas.

Com a implementação de sua nova missão em 2017, o MASP firma-se como um museu diverso, inclusivo e plural, aberto às estruturas sociais e suas variantes, sem perder de vista sua própria história que então completa 70 anos. Após um amplo processo de renovação nos últimos anos, o Museu iniciou em 2017 uma nova fase, focada na criação de condições para assegurar sua sustentabilidade financeira e administrativa a longo prazo. Esses procedimentos permitirão a consolidação de uma gestão profissional centrada em processos e controles, e fundamentada em uma relação transparente com a sociedade e seus *stakeholders*.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 possui na rubrica de acervo de obras de arte o montante de R\$ 866.136. Em virtude de a identificação e determinação do valor justo desses ativos recebidos em doação envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação, a Entidade não adota como prática contábil registrar as obras de arte recebidas em doação por meio do valor justo, estando essas obras registradas por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a mensuração a valor justo de ativos recebidos em doação. A Entidade não nos apresentou até a data de conclusão dos nossos trabalhos a análise dos valores justos para os ativos que foram contabilizados por valor simbólico. Se essas obras de arte tivessem sido mensuradas pelos seus respectivos valores justos, a rubrica de acervo de obras de arte e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 seriam afetados significativamente de forma positiva, assim como os elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangentes e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Os efeitos da mensuração dos referidos valores justos sobre as demonstrações financeiras não puderam ser determinados.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Flavio Gozzoli Gonçalves'. The signature is fluid and cursive, with a checkmark-like flourish at the beginning.

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.040.272	10.791.700	Fornecedores	11	2.061.731	1.866.117
Recursos vinculados a projetos	6	6.461.279	9.706.746	Obrigações trabalhistas	12	1.210.366	1.205.152
Estoques		781.000	732.855	Contribuições e impostos correntes		139.502	118.980
Patrocínio de terceiros a receber	7 e 14.b	3.809.829	3.827.123	Impostos parcelados	13	853.837	791.908
Adiantamento a fornecedores		1.007.154	680.083	Projetos a executar	14	10.484.407	13.767.478
Outras contas a receber		1.420.182	768.442	Doações de bens e direitos a apropriar		191.048	125.153
		<u>25.519.716</u>	<u>26.506.949</u>	Contas a pagar - negociações	15	566.820	572.011
				Patrocínios a realizar	15	2.708.200	2.708.200
				Outras contas a pagar		<u>587.686</u>	<u>420.419</u>
						<u>18.803.597</u>	<u>21.575.418</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	11	-	72.424
Depósitos judiciais	16	76.039	93.372	Impostos parcelados	13	8.286.480	8.477.367
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	8	<u>5.408.026</u>	-	Doações de bens e direitos a apropriar		720.240	535.886
		5.484.065	93.372	Provisão para contingências	16	1.885.251	1.528.143
				Contas a pagar - negociações	15	9.777.653	10.439.198
Acervo de obras de arte	9	866.136	516.126	Patrocínios a realizar	15	<u>5.198.351</u>	<u>7.906.550</u>
Imobilizado	10	33.732.615	31.953.287			<u>25.867.975</u>	<u>28.959.568</u>
Intangível		<u>193.994</u>	<u>99.877</u>	Patrimônio líquido	17		
		<u>34.792.745</u>	<u>32.569.290</u>	Avaliação atribuída ao acervo	9	516.136	516.126
				Fundo social		10.125.422	10.125.422
				Fundo patrimonial		5.408.026	-
				Superávits/(déficits) acumulados		<u>5.075.370</u>	<u>(2.006.923)</u>
						<u>21.124.954</u>	<u>8.634.625</u>
Total do ativo		<u><u>65.796.526</u></u>	<u><u>59.169.611</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>65.796.526</u></u>	<u><u>59.169.611</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas operacionais			
Receitas operacionais	18	50.156.531	39.787.725
Trabalho voluntário	3.n	<u>166.227</u>	<u>62.012</u>
Total das receitas das atividades		50.322.758	39.849.737
Despesas operacionais			
Custos e despesas de projetos e administrativas	19	(19.805.726)	(15.074.815)
Pessoal e encargos de projetos e administrativos	20	(12.956.779)	(12.715.886)
Depreciação e amortização		(373.458)	(395.134)
Despesas tributárias		(388.968)	(491.823)
Gratuidade de bilheteria		(4.484.768)	(3.304.444)
Trabalho voluntário	3.n	<u>(166.227)</u>	<u>(62.012)</u>
Total das despesas das atividades		(38.175.926)	(32.044.114)
Resultado antes do resultado financeiro		<u>12.146.832</u>	<u>7.805.623</u>
Despesas financeiras	21	(1.001.067)	(2.646.194)
Receitas financeiras	21	<u>1.344.554</u>	<u>2.763.627</u>
Resultado financeiro líquido		<u>343.487</u>	<u>117.433</u>
Superávit do exercício		<u><u>12.490.319</u></u>	<u><u>7.923.056</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	12.490.319	7.923.056
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>12.490.319</u></u>	<u><u>7.923.056</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	Avaliação atribuída ao acervo	Fundo social	Fundo Patrimonial	(Déficits)/ Superávits Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016		516.095	10.125.422	-	(9.929.979)	711.538
Doações para investimentos	9	31	-	-	-	31
Superávit do exercício		-	-	-	7.923.056	7.923.056
Saldos em 31 de dezembro de 2016		516.126	10.125.422	-	(2.006.923)	8.634.625
Doações para investimentos	9	10	-	-	-	10
Superávit do exercício		-	-	-	12.490.319	12.490.319
Transferência do superávit do exercício para Fundo Patrimonial	17	-	-	5.408.026	(5.408.026)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>516.136</u>	<u>10.125.422</u>	<u>5.408.026</u>	<u>5.075.370</u>	<u>21.124.954</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	12.490.319	7.923.056
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	373.458	395.134
Apropriação de patrocínio	(2.708.199)	(2.708.200)
Baixa de imobilizado e intangível	6.506	763.957
Provisão para contingência	357.108	(773.726)
Doações de bens e direitos a apropriar	250.249	276.368
Constituição (reversão) de obsolescência dos estoques	34.214	107.415
	<u>10.803.655</u>	<u>5.984.004</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Estoque	(82.359)	(549.601)
Ativos financeiros (Fundo patrimonial)	(5.408.026)	-
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	(978.811)	(822.637)
Patrocínio de terceiros a receber	17.294	(217.828)
Adiantamento de parcelamento	-	1.586.160
Depósitos judiciais	17.333	(53.567)
Aumento / (redução) nos passivos em		
Fornecedores	123.190	(1.667.764)
Obrigações trabalhistas	5.214	150.076
Projetos a executar, líquido de recursos vinculados a projetos	(37.604)	246.267
Contribuições e impostos correntes	20.522	26.964
Impostos parcelados	(128.958)	(2.184.872)
Contas a pagar - negociações	(666.736)	684.149
Outras contas a pagar	167.267	(250.024)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>3.851.981</u>	<u>2.931.327</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e acervo de obras de arte	(2.456.096)	(1.293.991)
Aquisição de ativo intangível	(147.313)	(53.221)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos	<u>(2.603.409)</u>	<u>(1.347.212)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.248.572</u>	<u>1.584.115</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	10.791.700	9.207.585
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	<u>12.040.272</u>	<u>10.791.700</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.248.572</u>	<u>1.584.115</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP (“Entidade” ou “MASP”) é uma entidade privada com fins não econômicos, que abriga, conserva e valoriza o mais importante acervo de arte ocidental de todo o hemisfério sul. Este acervo, composto de mais de 8.000 obras clássicas e modernas, de reconhecida qualidade e inestimável valor, representa as principais correntes da arte universal, entre elas pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, fotografias, tapeçarias, vestuário, e outras importantes coleções. Foi considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade e parcialmente tombado em 1969, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, o que evidencia sua importância como um dos principais museus de arte do mundo.

Aberto ao público no dia 2 de outubro de 1947, ao longo destes 70 anos de existência, vem funcionando ininterruptamente. Desde 1968, localiza-se na Avenida Paulista em seu edifício que é um dos ícones de São Paulo, sendo um dos destinos turísticos mais importantes na cidade.

Em 2017, após um amplo processo colaborativo, entre conselheiros, diretores e colaboradores, o MASP lançou uma nova missão que irá nortear suas atividades no longo prazo: O MASP, museu diverso, inclusivo e plural, tem a missão de estabelecer, de maneira crítica e criativa, diálogos entre passado e presente, culturas e territórios, a partir das artes visuais. Para tanto, deve ampliar, preservar, pesquisar e difundir seu acervo, bem como promover o encontro entre públicos e arte por meio de experiências transformadoras e acolhedoras.

Para a consecução de sua missão, o MASP poderá, especialmente mas não se limitando: (a) realizar exposições; (b) promover atividades e programas na área da educação; (c) realizar publicações; (d) promover itinerâncias; (e) promover programas de relacionamento; (f) conceder bolsas de estudo; (g) promover espetáculos, eventos e festas beneficentes; (h) explorar café, bar, restaurante, loja física e on-line, locação e cessão de espaços; (i) estabelecer parcerias e manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais. Todo o produto arrecadado pelas atividades promovidas pelo MASP será destinado à consecução de seus objetivos sociais.

O edifício do MASP é de propriedade da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, que o cedeu ao museu de forma gratuita, pelo prazo de 40 anos, de conformidade com a Lei Municipal 15.685/13, por meio de Escritura Pública de Concessão Administrativa de Uso, lavrada em 18 de agosto de 2015.

O MASP oferece durante todo o ano uma variada programação para seus visitantes, com a exposição de longa duração do seu acervo e exposições temporárias de sua própria coleção e também de coleções provenientes de outras instituições culturais, promove visitas orientadas aos espaços expositivos para o visitante em geral e para grupos. Os dois auditórios existentes em seu edifício recebem diversificada programação de música clássica, espetáculos teatrais, palestras e debates. A Escola do MASP oferece cursos livres das mais variadas manifestações artísticas. Sua Biblioteca possui aproximadamente 87 mil volumes, entre livros e revistas especializadas, dos quais 31 mil catalogados e disponibilizados on-line/internet sendo, portanto, o mais importante conjunto brasileiro na área de história da arte internacional. Desde a sua fundação, o MASP tem como premissa o seu caráter educacional.

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, o MASP apurou no exercício de 2017 superávit no montante de R\$ 12.490.319 e apresentou em 31 de dezembro de 2017 superávits acumulados no montante de R\$ 10.483.396, bem como patrimônio líquido positivo de R\$ 21.124.954. Em virtude de a identificação do valor justo das obras de arte recebidas como doação para o museu envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação e de não ter como objetivo a comercialização das obras, a Entidade não tem adotado a prática de valorar estes ativos, estando apenas doze obras de arte a valor justo (valor de aquisição) e as demais por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. Ressalta-se que, se essas obras de arte tivessem sido registradas pelos seus respectivos valores justos, o patrimônio líquido do museu se mostraria amplamente mais positivo.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 28 de fevereiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.d** - provisão para ajuste a valor de realização de estoques;
- **Nota 3.f** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 16** - provisão para contingências.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para o Real à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é designado e avaliado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados nos projetos originados das leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos projetos e subvenção, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado com recursos próprios, livros e catálogos recebidos em consignação e outros produtos de revenda. Esses materiais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, líquidos da provisão para ajuste a valor de realização, não excedem os valores de mercado.

e. Acervo de obras

Referem-se às obras de arte integrantes do acervo da Entidade que estão apresentadas pelo valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto doze obras que foram registradas a valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método da linha reta sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Microcomputadores e periféricos	5 anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Outros	10 anos

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o MASP registrava redução ao valor recuperável referente à rubrica de estoques, no montante de R\$ 175.710 e R\$ 141.496 respectivamente.

i. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Doações, patrocínios e subvenções

As doações e patrocínios incentivados e as subvenções recebidas pela Entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Entidade não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

k. Obrigações e Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são mensurados pelo valor histórico e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita de serviços e vendas

As receitas incluem, principalmente, receita com bilheteria, subvenções governamentais, cessão de uso e eventos, apoios culturais, venda de livros e catálogos, taxas de empréstimos de obra de arte, entre outras. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados ou que os produtos são vendidos, respeitando o princípio da competência.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras próprias, descontos obtidos e variação monetária. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre impostos e multa e juros de obrigações liquidadas pós vencimento.

n. Receita com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 o montante foi de R\$ 166.227 (R\$ 62.012 em 2016).

o. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e (iii) PIS (calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97).

p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Entidade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro. No entanto, a Entidade considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

IFRS 15 - Receita de contrato com clientes (Revenue from Contracts with Customers)

A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Entidade não efetua operações de arrendamento, não havendo assim impacto nas Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na nota explicativa nº 23 Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	11.975	7.969
Bancos - conta corrente no exterior	2.246.696	881.449
Bancos - conta corrente no país	19.528	37.337
Aplicações financeiras - no exterior	-	1.278.545
Aplicações financeiras - no país	<u>9.762.073</u>	<u>8.586.400</u>
Total	<u>12.040.272</u>	<u>10.791.700</u>

As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

São de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Recursos vinculados a projetos e subvenção

	2017	2016
Projeto Plano Anual (a)	4.797.085	9.046.924
Outros Projetos e Subvenção	1.664.194	659.822
Total	6.461.279	9.706.746

Referem-se aos recursos já recebidos pela Entidade e que somente poderão ser empregados em projetos específicos, de acordo com as regras da Lei Rouanet (Lei nº 8313/91 e alterações) e com as respectivas Entidades patrocinadoras, e, no caso da Subvenção, conforme a Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores. Tais recursos estão substancialmente aplicados em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI e em títulos compromissados, com rentabilidade entre 96,5% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

- (a) A aprovação do projeto Plano Anual pelo Ministério da Cultura habilitou o MASP a receber patrocínios e doações nos termos da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet). O referido projeto consiste no custeio das despesas de manutenção dos objetivos estatutários do Museu.

7 Patrocínio de terceiros a receber

	2017	2016
Patrocínios de terceiros a receber	3.809.829	3.827.123

Refere-se a valores a receber de duas empresas privadas que estão apoiando o projeto de reforma do “Anexo MASP”. Os recursos estão baseados em contratos entre as partes e o saldo representa as parcelas finais a receber e estão condicionadas à evolução física da obra.

O valor da primeira parceria no montante de R\$ 2.000.000, corrigido pelo IGPM/FGV cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 3.229.829 (R\$ 3.247.123 em 2016) será recebido quando a obra atingir 90% de sua conclusão física.

A segunda parceria é de R\$ 5.800.000, dos quais R\$ 2.900.000 foram recebidos em 2011, R\$ 2.320.000 em 2012 e os R\$ 580.000 restantes após medição final da obra.

A Administração acredita que apesar do atraso na conclusão das obras, os valores previstos para recebimento ocorrerão tão logo atingidas as metas contratuais. A contrapartida dos valores a receber está registrada na conta de “projetos a executar” no passivo circulante. Dessa forma, as atualizações financeiras efetuadas nos saldos ativos também ocorrem nos saldos passivos, com efeito zero no resultado do exercício. Além disso, caso não ocorram os recebimentos, a baixa desse ativo se dará em contrapartida ao passivo, ou seja, também sem impacto no resultado.

8 Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)

A Entidade instituiu, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 20 de setembro de 2017, um Fundo Patrimonial com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e a consecução de seu objeto social.

Este Fundo é regido e condicionado pelo Capítulo VII, Artigos 40 ao 45 do Estatuto Social da Entidade, onde observa-se que: o Fundo será constituído, essencialmente, por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especificamente para este fim; será administrado única e exclusivamente pela Diretoria Estatutária; não poderá ser resgatado os valores investidos ou de seus rendimentos até que o Fundo contenha em sua carteira um montante de R\$ 40.000.000, chamada fase de Acumulação Primitiva, após esta quantia, os rendimentos auferidos acima da inflação (IGP-M/IPCA) poderão ser destinados ao custeio das atividades da Entidade.

De acordo com a Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 03 de abril de 2017, a Entidade se comprometeu em realizar uma destinação inicial de R\$ 1.000.000 e anualmente 5% das receitas operacionais auferidas até que o fundo atinja o patrimônio de R\$ 50.000.000.

Em 31 de dezembro de 2017 o montante acumulado de R\$ 5.408.026 encontra-se aplicado em um fundo de renda fixa (Banco Itaú S/A) que busca acompanhar a tendência dos juros do mercado (CDI).

9 Acervo de obras de arte

O acervo é constituído pelo conjunto de obras de arte do MASP, quase todas recebidas por doações e refletidas contabilmente por um valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto por 12 obras (10 obras em 2016), adquiridas em 2013 e 2017, lançadas pelo valor justo total de R\$ 858.000 (R\$ 508.000 em 2016) . Ou seja, 8.136 obras estão lançadas a R\$ 1,00 cada e mais 12 obras a R\$ 858.000, totalizando em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 866.136 (R\$ 516.126 em 2016).

Em virtude de a identificação do valor justo das obras de arte recebidas como doação para o museu envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação e de não ter como objetivo a comercialização das obras, a Entidade não tem adotado a prática de valorar estes ativos, estando apenas doze obras de arte a valor justo (valor de aquisição) e as demais por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. Ressalta-se que, se essas obras de arte tivessem sido registradas pelos seus respectivos valores justos, o patrimônio líquido do museu se mostraria amplamente mais positivo.

São mantidos registros de controle atualizados de todas as obras de arte do acervo, segundo normas estabelecidas pelo MASP, observando critérios adotados internacionalmente.

Em 31 de dezembro o acervo do MASP estava composto da seguinte forma:

Item	Quantidade de peças	
	2017	2016
Pintura - escultura	1.660	1.651
Gravuras	1.088	1.087
Desenhos	1.489	1.489
Coleção Design	21	21
Coleção Pirelli	1.147	1.147
Fotografias	213	211
Coleção Kitsch	2.126	2.126
Coleção Maiólica	246	246
Coleção Vestuário	158	158
Total	8.148	8.136

Os valores recebidos como doação para investimento, apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, foram integralmente aplicados no acervo de obras do Museu. Durante o ano de 2017 foram R\$ 10, correspondentes a 10 obras doadas (em 2016, R\$ 31, correspondente a 31 obras doadas).

10 Imobilizado

Os quadros abaixo demonstram as movimentações das contas de Imobilizado e Imobilizado em Andamento.

Movimentação imobilizado em 2017

Descrição custo	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	340.552	79.686	(2.715)	417.523
Máquinas e equipamentos	979.305	732.787	(19.582)	1.692.510
Microcomputadores e periféricos	604.137	150.748	(23.227)	731.658
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	18.476.049	886.607	-	19.362.656
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (a)	30.426.639	110.580	-	30.537.219
Imobilizado em andamento	59.151	144.507	-	203.658
Outros	55.990	1.171	(1.379)	55.782
Total do custo	50.941.823	2.106.086	(46.903)	53.001.006
Descrição depreciação	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	(122.291)	(34.131)	2.375	(154.047)
Máquinas e equipamentos	(350.601)	(88.358)	17.780	(421.179)
Microcomputadores e periféricos	(305.178)	(99.338)	18.863	(385.653)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.210.466)	(98.425)	1.379	(18.307.512)
Total da depreciação	(18.988.536)	(320.252)	40.397	(19.268.391)
Saldo Líquido	31.953.287	1.785.834	(6.506)	33.732.615

Movimentação imobilizado em 2016

Descrição custo	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	160.317	180.256	(21)	340.552
Máquinas e equipamentos	1.008.300	261.244	(290.239)	979.305
Microcomputadores e periféricos	453.183	156.385	(5.431)	604.137
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	18.208.874	267.175	-	18.476.049
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (a)	30.176.050	250.589	-	30.426.639
Imobilizado em andamento	1.128.556	137.724	(1.207.129)	59.151
Outros	15.864	40.618	(492)	55.990
Total do custo	51.151.144	1.293.991	(1.503.312)	50.941.823
Descrição depreciação	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	(106.562)	(15.782)	53	(122.291)
Máquinas e equipamentos	(400.395)	(66.509)	116.303	(350.601)
Microcomputadores e periféricos	(234.843)	(76.122)	5.787	(305.178)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.205.940)	(4.526)	-	(18.210.466)
Reavaliação a valor justo (b)	(412.267)	(204.945)	617.212	-
Total da depreciação	(19.360.007)	(367.884)	739.355	(18.988.536)
Saldo líquido	31.791.137	926.107	(763.957)	31.953.287

- (a) O item “Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510” refere-se ao edifício que ainda está em reforma (“Anexo MASP”) e, em função de não estar sendo utilizado, não vem sendo depreciado. A adição ocorrida no exercício foi por conta das benfeitorias que estão sendo efetuadas.
- (b) Em 2016, a Entidade realizou a devolução dos elevadores que seriam utilizados nas instalações do Anexo do Masp, a perda correspondente ao valor que já havia sido pago foi de R\$ 288.750, reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

11 Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores nacionais	2.061.731	1.938.541
Circulante	2.061.731	1.866.117
Não circulante	-	72.424

12 Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Provisão para férias	722.636	660.379
Provisão para encargos sociais sobre férias	220.513	221.183
INSS a recolher	175.283	193.888
IRRF a recolher	91.934	93.746
FGTS a recolher	-	28.561
Outros	-	7.395
Total	1.210.366	1.205.152

13 Impostos parcelados

	2017	2016	
Débitos previdenciários (a)	3.946.590	4.042.292	
Demais débitos	<u>5.193.727</u>	<u>5.226.983</u>	
Total contribuições e impostos parcelados	9.140.317	9.269.275	
Circulante	853.837	791.908	
Não circulante	8.286.480	8.477.367	
Cronograma de vencimento - não circulante	2018	2019 em diante	Total
Débitos previdenciários (a)	411.818	3.534.773	3.946.591
Demais débitos	<u>442.019</u>	<u>4.751.707</u>	<u>5.193.726</u>
Total	<u><u>853.837</u></u>	<u><u>8.286.480</u></u>	<u><u>9.140.317</u></u>

Em agosto de 2014 o MASP aderiu ao parcelamento federal previsto pela Lei 12.996/2014, com possibilidade de pagamento em até 180 vezes e redução de multas e juros, no qual foi consolidado em 2016.

a. Histórico da dívida previdenciária

No ano 2000 a Entidade foi autuada devido ao não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários, no período de janeiro de 1995 a novembro de 2000 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, em decorrência do não atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 55, incisos I e II (obtenção ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), da Lei nº 8.212/91, regulamentado no artigo 206, incisos I e II, do Regulamento da Previdência Social.

Em 2001, a Entidade efetuou o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS).

Em outubro de 2006, a Entidade apresentou impugnação às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito emitidas pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

Em setembro de 2008, a Entidade obteve sentença favorável, em 1ª instância, aos embargos à execução fiscal.

Em outubro de 2009, a 21ª Vara Cível Federal de São Paulo concedeu de forma retroativa a imunidade tributária relativa ao recolhimento das contribuições sociais.

Em 2013 houve sentença favorável à Entidade relacionada às notificações fiscais de débitos lavradas no ano de 2000, julgando extinta aquela execução fiscal, remetendo os referidos autos para arquivamento.

Em 2010 a Receita Federal do Brasil, agência de Fiscalização em São Paulo, lavrou Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, no montante de R\$ 4.192.810, relacionadas também com o não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários e contribuições para terceiros, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2008 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, sendo que os consultores jurídicos que estão acompanhando a defesa indicavam como possível as chances de perda na referida questão.

Em 29 de julho de 2014 a Entidade recebeu dois autos de infração, no montante de R\$ 5.332.309 relacionados à mesma questão, abrangendo o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012.

Com relação ao ano de 2009, até a presente data não houve autuação fiscal, sendo certo que a jurisprudência é amplamente favorável ao contribuinte, no sentido de que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário é de 05 (cinco) anos.

Em 4 abril de 2014, foi publicada uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, enfatizando que somente farão jus ao benefício de imunidade, as entidades que preencherem cumulativamente os requisitos de que trata o Art.55 da lei 8.212/91 em sua redação original. A administração da Entidade tendo em vista os autos de infração recebidos, e baseado na opinião dos seus consultores jurídicos chegou à conclusão que as chances de êxito são baixas e que seria aconselhável desistir da ação e partir para a adesão ao parcelamento visando a redução de multas e juros pela homologação do pedido.

Em 18 de junho de 2014 foi publicada a Lei nº 12.996, que em seu artigo 2º reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS até 25 de agosto de 2014, com parcelamentos em até 180 vezes e reduções das multas e juros.

O MASP entrou com o pedido de parcelamento dos saldos autuados em 2010, referente aos exercícios de 2005 a 2008 e os valores autuados em 2014 referente aos exercícios de 2010 a 2012, além dos saldos de 2013 do INSS Patronal não autuados. Esse pedido foi aprovado e consolidado em setembro de 2016.

14 Projetos a executar

	2017	2016
Projetos a executar (a)	6.674.578	9.940.355
Patrocínios de terceiros (b)	<u>3.809.829</u>	<u>3.827.123</u>
Total projetos a executar	<u>10.484.407</u>	<u>13.767.478</u>

- (a) Estão representados por valores recebidos e ainda não empenhados, decorrentes de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e determinados pela Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades nas rubricas de receitas com projetos incentivados e receitas com plano anual, assim como os custos incorridos que estão apresentados em despesas das atividades nas rubricas de custos com projetos incentivados e custos com plano anual.
- (b) Esses valores referem-se a patrocínios a executar referente ao patrocínio do Prédio Anexo - Masp (vide nota explicativa nº 07);

A seguir apresentamos os projetos e patrocínios a executar no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Descrição Custo	Saldos em 31/12/2016	Transferência	Valores Recebidos	Outras Movimentações	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisição Imobilizado	Saldos em 31/12/2017
PRONAC 2016 *	2.563.157	(2.381.324)	-	-	36.661	(218.494)	-	-
PRONAC 2017 *	6.462.657	2.381.324	6.502.700	-	530.336	(13.052.214)	(415.040)	2.409.763
PRONAC 2018 *	-	-	2.465.483	-	935	-	-	2.466.418
PRONAC 09.5022 - ANEXO MASP *	168.750	-	-	-	-	-	-	168.750
PROAC 2016 *	184.449	(57.225)	-	-	4.572	(131.796)	-	-
PROAC 2017 *	-	57.225	718.261	-	10.457	(433.401)	-	352.542
REFORMA ANEXO DO MASP - NESTLE	3.247.123	-	-	(17.294)	-	-	-	3.229.829
REFORMA ANEXO DO MASP - PETROBRAS	580.000	-	-	-	-	-	-	580.000
SUBVENÇÃO 2016	561.342	-	-	-	2.521	(563.863)	-	-
SUBVENÇÃO 2017	-	-	2.097.953	-	2.412	(823.260)	-	1.277.105
Saldo	13.767.478	-	11.784.397	(17.294)	587.893	(15.223.028)	(415.040)	10.484.407

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 15.223.028 em 2017 (R\$ 16.450.231 em 2016), sendo R\$ 1.387.123 com verba da Subvenção em 2017 (conforme nota explicativa 17 item “a”) e R\$ 13.835.905 com projetos do PRONAC e PROAC, podendo ser assim compostos:

*

	2017			2016		
	Plano Anual	Outros	Total	Plano Anual	Outros	Total
Pessoal e encargos	5.942.349	-	5.942.349	5.109.667	-	5.109.667
Utilidades	2.126.681	-	2.126.681	2.952.301	-	2.952.301
Gerais e administrativas	1.950.761	259.055	2.209.816	3.140.106	425.694	3.565.800
Serviços profissionais	1.396.997	306.142	1.703.139	1.164.973	158.502	1.323.475
Serviços Gerais	1.386.485	-	1.386.485	1.523.134	-	1.523.134
Manutenção predial	467.435	-	467.435	610.799	-	610.799
Outros	-	-	-	18.750	615	19.365
	13.270.708	565.197	13.835.905	14.519.730	584.811	15.104.541

15 Contas a pagar - Negociações e patrocínios a realizar

No exercício de 2015, foi realizado um acordo com um dos patrocinadores da reforma do prédio “Anexo - Masp”. Foi constituída uma provisão a pagar junto a Vivo - Telefônica, de R\$ 24.327.059, sendo que R\$ 14.000.000 serão apropriados por meio de patrocínios a incorrer pelo prazo de 05 anos e o valor de R\$ 10.327.059 serão corrigidos pela taxa IGPM/FGV e pagos trimestralmente em 80 parcelas de R\$ 129.000.

Em 31 de dezembro de 2017 saldo de Patrocínios a realizar era de R\$ 7.906.551 (R\$ 10.614.750 em 2016), conforme demonstrado abaixo:

Movimentação - Patrocínios a realizar

Constituição de Patrocínios a realizar (exercício de 2015)	14.000.000
Patrocínios executados (exercícios de 2015 e 2016)	<u>(3.385.250)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2016	<u>10.614.750</u>
Patrocínios executados	<u>(2.708.199)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>7.906.551</u>
Circulante	2.708.200
Não circulante	5.198.351

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de Contas a Pagar-negociações era de R\$ 10.344.473 (R\$ 11.011.209 em 2016) conforme movimentação apresentada abaixo:

Movimentação - Contas a pagar negociações

Saldo em 31 de dezembro 2016	11.011.209
(-) atualização IGPM/FGV	(97.297)
(-) pagamentos realizados	<u>(569.439)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>10.344.473</u>
Circulante	566.820
Não circulante	9.777.653

16 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Entidade possui um saldo de provisão no montante de R\$ 1.885.251 no exercício de 2017, valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas (R\$ 1.528.143 em 2016).

A Entidade mantém o montante de R\$ 76.039 (R\$ 93.372 em 2016) referente aos depósitos judiciais de processos com probabilidade provável ou possível.

	2017			2016		
	Provisão	Depósito Judicial	Saldo líquido	Provisão	Depósito Judicial	Saldo líquido
Tributário	-	-	-	-	53.567	-
Trabalhista	425.966	76.039	349.927	165.576	39.805	125.771
Cíveis	1.459.285	-	1.459.285	1.362.567	-	-
	<u>1.885.251</u>	<u>76.039</u>	<u>1.809.212</u>	<u>1.528.143</u>	<u>93.372</u>	<u>125.771</u>

A seguir demonstramos a movimentação da provisão de contingências:

	2017			2016		
	Saldo inicial	Constituição / (reversão)	Saldo final	Saldo inicial	Constituição / (reversão)	Saldo final
Tributário	-	-	-	Tributário 688.548	(688.548)	-
Trabalhista	165.576	260.390	425.966	Trabalhista 401.790	(236.214)	165.576
Cíveis	<u>1.362.567</u>	<u>96.718</u>	<u>1.459.285</u>	Cíveis <u>1.211.531</u>	<u>151.036</u>	<u>1.362.567</u>
	1.528.143	357.108	1.885.251	2.301.869	(773.726)	1.528.143

Adicionalmente, existiam reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 1.986.469 (R\$ 1.924.948 em 2016), que foram classificados pelos assessores jurídicos internos da Entidade como de risco de perda possível, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O principal processo com perda possível refere-se ao COFINS.

COFINS

A medida Provisória - MP nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12, da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando no seu entendimento, sujeitos à COFINS as receitas decorrentes de vendas, locação de espaço e outras, bem como os rendimentos de aplicações financeiras. A administração da Entidade entende que todas as receitas auferidas, inclusive as financeiras, decorrem de suas atividades próprias, não estando, dessa forma, sujeitos à incidência da referida contribuição. O valor relacionado a COFINS no período de 2005 a 2008 é de R\$ 1.058.145 (R\$ 1.003.798,17 em 2016).

17 Patrimônio líquido

As receitas, decorrentes de doações patrimoniais, recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. As receitas decorrentes de contribuições para custeio estão refletidas em contas de resultado.

Em caso de dissolução da Entidade, o seu patrimônio líquido (acervo) passará ao Governo do Estado de São Paulo, que o destinará à Pinacoteca do Estado de São Paulo ou, na sua falta, a instituições congêneres.

Fundo Social: é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

Fundo Patrimonial: foi constituído em 2017 com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira a médio e a longo prazo, e também perpetuar e proteger o patrimônio do MASP. Constituído essencialmente por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especificamente para este fim, em 31 de dezembro a Administração aprovou a alocação de recursos recebidos e rendimentos no montante de R\$ 5.408.026 para o Fundo Patrimonial.

18 Receitas operacionais

	2017	2016
Doações (a)	(15.383.137)	(8.722.916)
Projetos Incentivados	(14.000.695)	(15.194.793)
Bilheteria	(5.596.314)	(4.199.658)
Gratuidade de Bilheteria	(4.484.768)	(3.304.444)
Aluguel de obras de arte para exposição (b)	(3.500.000)	-
Receitas Patrocínio Telefônica-Vivo (vide nota 14)	(2.708.200)	(2.708.200)
Subvenção para custeio (c)	(1.387.123)	(1.848.390)
Cessão de uso e eventos	(1.678.614)	(1.788.730)
Venda de Produtos	(877.262)	(706.476)
Apoio cultural	(246.499)	(336.075)
Venda de Serviços	(201.250)	(216.335)
Diversas	(92.669)	(761.708)
	<u>(50.156.531)</u>	<u>(39.787.725)</u>
Total		

- (a) Em 2017, do total de doações recebidos pela Entidade, o montante de R\$ 4.408.026 foi recebido com o objetivo de criar um Fundo Patrimonial para garantir sua sustentabilidade e a consecução de seu objeto social, vide nota explicativa no. 8.
- (b) Em 2017 a Entidade recebeu o montante de R\$ 3.500.000, pelos direitos autorais e de uso de imagem de obras do acervo do MASP, para exposição no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), empresa Tisara Arte Produções Ltda.
- (c) Os valores recebidos para custeio, através da Subvenção, conforme as Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores, foram empregados pela Entidade da seguinte maneira:

	2017	2016
Pessoal e encargos	(1.258.341)	(1.377.916)
Seguro saúde	(125.165)	(201.296)
Energia elétrica	-	(140.035)
Água e esgoto	-	(98.465)
Telefone	-	(294)
Outros	(3.617)	(30.384)
	<u>(1.387.123)</u>	<u>(1.848.390)</u>

O valor de R\$ 1.387.123 refere-se ao total de gastos em 2017. Porém, referem-se às verbas recebidas em 2016 e 2017. Os valores recebidos em 2016, empregados pela Entidade em janeiro e fevereiro de 2017 foram de R\$ 563.863, e os valores recebidos em 2017, empregados em dezembro do mesmo ano foram de R\$ 823.260.

19 Custos e despesas de projetos e administrativas

	2017	2016
Despesas gerais e administrativas	(7.398.111)	(5.520.154)
Serviços Profissionais	(6.161.487)	(3.479.287)
Despesas com utilidades públicas	(2.382.591)	(3.310.257)
Serviços Gerais	(1.693.051)	(1.482.380)
Manutenção Predial	(1.291.513)	(893.104)
Despesas com contingência	(357.108)	(264.822)
Outros	(521.865)	(124.811)
	<u>(19.805.726)</u>	<u>(15.074.815)</u>
Total	(19.805.726)	(15.074.815)
Custos e despesas de projetos	(7.893.556)	(10.085.126)
Custos e despesas administrativas	(11.912.170)	(4.989.689)

20 Pessoal e encargos de projetos e administrativos

	2017	2016
Salários	(5.738.618)	(5.381.052)
INSS	(1.681.867)	(2.133.191)
Provisão de férias e 13º salário	(1.281.950)	(1.622.335)
Assistência médica	(1.460.788)	(1.154.740)
Vale refeição	(1.108.088)	(847.633)
FGTS	(694.767)	(453.738)
Indenizações	(508.548)	(679.775)
Horas extras	(119.218)	(109.905)
Outras	(362.935)	(333.517)
	<u>(12.956.779)</u>	<u>(12.715.886)</u>
Total	(12.956.779)	(12.715.886)
Despesas com pessoal - das atividades de projetos	(5.942.349)	(5.109.667)
Despesas com pessoal - das atividades operacionais administrativas	(7.014.430)	(7.606.219)

21 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros passivos	(620.599)	(2.242.990)
Variações monetárias passivas	(225.208)	(312.502)
Despesas de tarifas bancárias	(52.160)	(34.703)
Descontos concedidos	(32.691)	-
Outras despesas financeiras	(70.409)	(55.999)
Total	<u>(1.001.067)</u>	<u>(2.646.194)</u>
Receitas financeiras		
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	1.069.562	1.090.443
Descontos obtidos no Refis	-	947.187
Desconto concedido sobre rescisão contratual Thyssen	-	485.451
Variação monetária	264.096	124.936
Juros Ativos	-	41.217
Outras receitas financeiras	10.896	74.393
	<u>1.344.554</u>	<u>2.763.627</u>
Resultado financeiro líquido	<u>343.487</u>	<u>117.433</u>

22 Partes relacionadas

A Entidade não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e a Diretoria Estatutária e os conselheiros da Entidade não são remunerados.

23 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos dos respectivos valores de mercado.

Em função das características e da forma de operação, bem como, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de patrocínios.

Exposição a riscos de créditos

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras era:

	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.040.272	10.791.700
Recursos vinculados a projetos	6	6.461.279	9.706.746
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	8	5.408.026	-
Patrocínios de terceiros a receber	7 e 14	3.809.829	3.827.123
Adiantamento a fornecedores		1.007.154	680.083
Outras contas a receber		1.420.182	768.442
Total		30.146.742	25.774.094

Caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e Ativos financeiros - A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.

Patrocínio de terceiros a receber - As estratégias de mitigação de riscos são baseadas nos contratos estabelecidos com as contrapartes e, principalmente, no fato da Entidade já ter recebido dessas contrapartes parcela substancial de recursos, sendo o saldo ainda em aberto significativamente menor que o valor do total contratado.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresenta em 31 de dezembro de 2017 um ativo circulante de R\$ 25.519.716 frente a um passivo circulante na mesma data base de R\$ 18.803.597, o que representava uma liquidez positiva de R\$ 6.716.119 e em 2016 a liquidez era positiva de R\$ 4.931.531

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Entidade possui pequena parcela de caixa em moeda estrangeira.

Estimativa do valor justo

A Entidade divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras - no exterior	5	-	-	1.278.545	1.278.545
Aplicações financeiras - no país	5	9.762.073	9.762.073	8.586.400	8.586.400
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	8	5.408.026	5.408.026	-	-
Acervo de obras de arte (a)	9	866.136	866.136	516.126	516.126
Recursos vinculados a projetos	6	6.461.279	6.461.279	9.706.746	9.706.746
		<u>22.497.514</u>	<u>22.497.514</u>	<u>20.087.817</u>	<u>20.087.817</u>
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Outras contas a receber		<u>2.427.336</u>	<u>2.427.336</u>	<u>1.448.525</u>	<u>1.448.525</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	11	2.061.731	2.061.731	1.938.541	1.938.541
Obrigações trabalhistas	12	1.210.366	1.210.366	1.205.152	1.205.152
Contribuições e impostos correntes e parcelados	13	9.279.819	9.279.819	9.388.255	9.388.255
Projetos a executar	14	10.484.407	10.484.407	13.767.478	13.767.478
Outras contas a pagar		<u>8.792.288</u>	<u>8.792.288</u>	<u>11.431.629</u>	<u>11.431.629</u>
		<u>31.828.611</u>	<u>31.828.611</u>	<u>37.731.055</u>	<u>37.731.055</u>

- (a) O acervo de obras de artes estão parcialmente registrados pelo valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados ou divulgados pelo valor justo foram mensurados utilizando o método de avaliação do nível 2.

Heitor Sant'anna Martins
Diretor Presidente

Lucas Marques Pessoa
Diretor de Operações

Marina Kolm Sgnotto
Contadora - CRC SP 242422/O-2